

Patrimônio e representações: o significado dos monumentos em Passo Fundo (RS)

*Alessandro Batistella**

Resumo

Partindo do pressuposto de que o patrimônio histórico-cultural integra os sistemas simbólicos de determinada sociedade, o presente artigo visa a analisar alguns monumentos edificados na cidade de Passo Fundo (RS), demonstrando que estes estão intimamente ligados à luta de representações entre as elites locais.

Palavras-chave: Monumentos. Relações de poder. Passo Fundo.

Na sua acepção dicionarizada, a palavra *patrimônio* significa “herança paterna” ou “bens pertencentes à uma pessoa, uma família, uma instituição ou à coletividade”. No entanto, já há algum tempo o termo *patrimônio* vem sofrendo uma ampliação do seu termo. Hoje ouvimos falar em “patrimônio histórico”, “patrimônio cultural”, “patrimônio artístico”, “patrimônio ecológico ou natural”, dentre outros.

Essa multiplicação dos patrimônios, sobretudo a partir da década de 1990, evidencia um fenômeno que François Hartog (2006) denominou de “patrimonialização galopante”, em que “tudo é – ou é passível de se tornar – patrimônio”¹. Diante disso, a sociedade ocidental defronta-se com alguns dilemas, sobretudo no que tange ao que deve ou não ser preservado.

Mas afinal, o que devemos preservar? Quem define o que será ou não preservado? Será que tais decisões são neutras ou nos revelam interesses?

Ao longo do presente artigo, pretendemos analisar essas questões, partindo da perspectiva de que os patrimônios integram os sistemas simbólicos de determinada sociedade. Dessa forma, procuraremos tecer algumas reflexões sobre a relação entre os patrimônios e as lutas de representações.

Em um segundo momento, abordaremos os monumentos como representações simbólicas e, por fim, sob esse prisma, pretendemos analisar alguns monumentos que foram edificados na cidade de Passo Fundo (RS).

Patrimônio e representações

Primeiramente, convém salientarmos que utilizaremos o conceito de patrimônio proposto por Llorenç Prats (2004, p. 32):

Las activaciones o representaciones patrimoniales son:
1) sistemas de símbolos; 2) que actúan para suscitar entre los miembros de una comunidad (local, regional, nacional...) motivaciones y disposiciones poderosas, profundas y perdurables; 3) formulando concepciones de orden general sobre la identidad de esa comunidad;

4) y dando a estas concepciones una apariencia de realidad tal; 5) que sus motivaciones y disposiciones parezcan emanar de la más estricta realidad.

Em segundo lugar, devemos salientar que não vamos aqui entrar no debate envolvendo o que deve e o que não deve ser preservado. O nosso foco será outro: o fato que a escolha do que é ou não patrimônio, do que é ou não merecedor de preservação, na verdade, consiste em uma “seleção”.

De fato, não podemos esquecer que ao se selecionar alguns “bens materiais ou imateriais” como patrimônios de determinada sociedade também está excluindo-se inúmeros outros. Portanto, essa “seleção”, que muitas vezes é (ou foi) feita de uma maneira arbitrária, verticalizada, pode, sem dúvida, nos revelar um campo de conflitos e de disputas simbólicas no seio de determinada sociedade, seja em nível local, seja em nível regional ou nacional.

Essas disputas simbólicas² constituem uma “teia de relações de poder invisíveis³” e de disputas pelo poder simbólico. Pierre Bourdieu (1989, p. 7-8) definiu o “[...] poder simbólico como o poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” Ainda segundo o autor:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. (BOURDIEU, 1989, p. 14-15).

O poder simbólico [...] é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder: [...] capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia. (BOURDIEU, 1989, p. 15).

Em outras palavras, o poder simbólico é o poder que atua na

construção da realidade, criando consensos, fabricando verdades e discursos, semeando conformismos e legitimando as dominações vigentes. Portanto, são poderes que atuam no campo das representações sociais, particularmente nos sistemas simbólicos⁴.

Sandra Pesavento (2006, p. 49) lembra-nos que:

No início do século XX, os etnólogos Marcel Mauss e Émile Durkheim já chamavam a atenção para esta construção de 'um mundo paralelo de sinais que se colocava no lugar da realidade' entre os povos primitivos que estudavam, onde as representações deram a chave para analisar este fenômeno presente em todas as culturas ao longo do tempo: os homens elaboram idéias sobre o real, que se traduzem em imagens, discursos e práticas sociais que não só qualificam o mundo como orientam o olhar e a percepção sobre esta realidade.

Para Jacques Le Goff (*apud* PESAVENTO, 1995, p. 15):

Representação é a tradução mental de uma realidade exterior percebida e liga-se ao processo de abstração. O imaginário faz parte de um campo de representação e, como expressão do pensamento, se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade.

Sandra Pesavento (1995, p. 16) observa que:

Todas as sociedades, ao longo da sua história, produziram as suas próprias representações globais: trata-se da elaboração de um sistema de idéias-imagens de representação coletiva mediante o qual elas se atribuem uma identidade, estabelecem as suas divisões, legitimam o seu poder e concebem modelos para a conduta de seus membros.

Segundo Roger Chartier (1990, p. 17):

As representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos

com a posição de quem os utiliza.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-se nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação.

Portanto, em uma determinada sociedade, diferentes grupos – sociais, políticos, religiosos, étnicos, culturais etc. – tendem a disputar esse “poder simbólico” por meio de uma luta de representações⁵, evidenciadas

[...] quer diretamente, nos conflitos simbólicos da vida cotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima (cf. Weber), quer dizer, do poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social. (BOURDIEU, 1989, p. 11-12).

Ainda segundo Pierre Bourdieu (1989, p. 10-11), esse corpo de especialistas produzem um conjunto de sistemas simbólicos que servem a interesses particulares, mas são apresentados como interesses universais⁶. Assim, os sistemas simbólicos do grupo dominante atuam no sentido de criar consensos⁷, desmobilizando os grupos dominados, legitimando a ordem estabelecida (estabelecendo distinções – hierarquias – e legitimando essas distinções), enfim, parafraseando Max Weber, “domesticando os dominados”.

Ora, não podemos esquecer que o patrimônio é uma construção social (ou cultural), conforme bem observou Llorenç Prats (2004). Segundo o autor:

Que el patrimonio sea una construcción social quiere decir, en primer lugar, que no existe en la naturaleza, que no es algo dado, ni siquiera un fenómeno social

universal, ya que no se produce en todas las sociedades humanas ni en todos los periodos históricos; también significa, correlativamente, que es un artificio, ideado por alguien (o en el decurso de algún proceso colectivo), en algún lugar y momento, para unos determinados fines, e implica, finalmente, que es o puede ser históricamente cambiante, de acuerdo con nuevos criterios o intereses que determinen nuevos fines en nuevas circunstancias. (LLORENÇ PRATS, 2004, p. 19-20).

Portanto, o patrimônio integra o sistema simbólico de determinada sociedade, idealizado por alguém ou um grupo, para representar simbolicamente uma identidade⁸, uma memória, um marco histórico, entre outras coisas. Mas qual identidade é representada? Qual memória, qual história deve ser lembrada (ou esquecida)? Ora, o processo de seleção do que deve ou não ser considerado patrimônio, do que deve ser ou não preservado e protegido, necessariamente passa por essas questões. Em suma, trata-se de estratégias⁹ políticas.

Chegamos à segunda questão: quem define o que será ou não preservado? Quem fará tal seleção? A sociedade?

Sobre quem define/seleciona o que será ou não preservado, Llorenç Prats (2004, p. 33) alerta que é uma grande falácia o discurso corrente que diz que é a sociedade quem procede tal seleção:

En el ámbito del patrimonio se habla de 'selección', el patrimonio es 'una selección que hace la sociedad', o se recurre a metáforas como la 'vitrina de los recuerdos familiares'. Pero ¿quién es esta sociedad?, ¿quién representa o dirige la representación, quién elige el espejo y determina la más o menos sutil curvatura del cristal, quién piensa y elabora el discurso?, ¿quién efectúa la selección?, ¿quién decide qué mostrar en la vitrina? La sociedad no, ni en Fuenteovejuna ejerce la sociedad como 'sujeto colectivo'. La sociedad puede adherirse y/u otorgar (u oponerse y denegar), consensuar una representación, una imagen, un discurso... y siempre en grado y forma variable según los individuos; pero esta representación, esta imagen, este discurso, han sido elaborados por alguien concreto, con nombres y apellidos, y al servicio, más o menos consciente, de ideas, valores e intereses concretos, tan legítimos o tan espúreos como se quiera, pero reales. No querer reconocerlo, recurrir, aunque sea por dejadez, a

la imagen del 'sujeto colectivo', es ocultar la realidad.

Portanto, quem procede a seleção do que é ou não patrimônio não é a sociedade – como sujeito coletivo –, mas alguém ou um grupo de pessoas que integrem uma elite (seja ela intelectual, política, social...) e que, sobretudo, tenham influência junto ao poder político.

Los repertorios patrimoniales también pueden ser activados desde la sociedad civil, por agentes sociales diversos [...], aunque, para fructificar, siempre necesitarán el soporte, o, cuando menos, el beneplácito del poder. **Sin poder, podríamos decir, no existe patrimonio.** (PRATS, 2004, p. 35, grifo meu).

Essa relação íntima entre poder político e patrimônio é antiga. Seu início remete-nos à Europa do século XIX, quando

[...] a noção de patrimônio estava atrelada ao surgimento dos Estados nacionais e ao processo de formação da nação dele integrante, em que se verificou um enorme investimento na invenção de um passado nacional. (CHUVA, 2009, p. 46)¹⁰.

Nesse primeiro momento, a legislação francesa de proteção ao patrimônio – que serviria de referência para as legislações de inúmeros outros países, inclusive do Brasil –, cujos mecanismos eram totalmente centrados nas ações do Estado, também consagraria como patrimônio histórico-nacional os prédios, os monumentos e outras edificações de excepcional valor histórico-arquitetônico e artístico¹¹.

No Brasil, conforme Márcia Chuva (2009, p. 54), as discussões acerca da proteção e da conservação do patrimônio histórico-nacional tramitaram como projetos legislativos na década de 1920. Porém, tal legislação somente consolidou-se a partir da criação do Sphan (criado pela lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937) e pelo decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, que regulamentou a proteção. Embora, lembra Chuva (2009), a legislação brasileira tenha sido abrangente ao definir a categoria de “patrimônio histórico e artístico nacional”, este, assim como em outros países, ficou restrito às edificações, monumentos e peças de arte.

Assim como na Europa, no Brasil as práticas de proteção e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional também foram fortemente marcadas, nesse período, por um ideário nacionalista. Ademais, quem selecionava o que deveria ou não ser considerado patrimônio histórico-nacional era o Estado, por meio do grupo de intelectuais que atuavam no Sphan.

Um grupo de intelectuais mineiros esteve engajado no processo de institucionalização do Sphan, ao lado dos também mineiros Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do Sphan, vinculado a Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde, e Carlos Drummond de Andrade, seu chefe de gabinete. Constituíram uma teia de agentes cujos laços pessoais, em boa medida, passavam pelo sentimento de pertencimento à mineiridade. Essa centralidade mineira configurou-se também, e sobretudo, nas representações acerca do patrimônio histórico e artístico nacional, em que a produção artística e arquitetônica do século XVIII de Minas Gerais não somente foi consagrada, como considerada paradigmática e modelar para o restante do Brasil, cujo patrimônio passou a ser analisado e comentado à luz do patrimônio mineiro – padrão de qualidade a ser buscado. (CHUVA, 2009, p. 62).

O exemplo das cidades mineiras corrobora com o argumento de Llorenç Prats, citado anteriormente, de que “sem poder, não existe patrimônio”. Em outras palavras, geralmente quem seleciona o que deve ou não ser preservado são as elites (sejam elas intelectuais, sociais, políticas, religiosas...) ligadas ao poder político. Ora, basta lembrarmos que a política preservacionista inaugurada pelo Sphan privilegiou apenas edificações que tinham alguma referência aos setores dominantes da sociedade (procurou-se preservar as igrejas barrocas mineiras, os fortes militares, os sobrados coloniais, as casas-grandes, entre outros, mas, por outro lado, foram esquecidas as senzalas, os quilombos, os cortiços, as vilas operárias etc.) (ORÍÁ, 1998, p. 131).

Mas será que ao se escolher preservar, por exemplo, as casas-grandes, e não as senzalas, estamos diante de uma posição neutra? Ademais, quais interesses essa escolha nos revela? Chegamos aqui à nossa terceira questão.

Como lembra-nos Llorenç Prats (2004, p. 32), “[...] ninguna activación patrimonial, de ningún tipo, es neutral o inocente [...]”. Portanto, devemos atentar para os interesses que envolvem preservar ou não determinado patrimônio.

De fato, o patrimônio, como sistema simbólico, é utilizado para representar simbolicamente uma determinada identidade, uma determinada memória, um determinado marco histórico, entre outras coisas... Ademais, não podemos esquecer que a seleção de determinados patrimônios está intrinsecamente ligada às disputas pelo poder simbólico, às lutas de representações. Portanto, a seleção de determinados patrimônios nunca estará destituída de determinados interesses.

Ora, por que será que, durante muitos anos, a política de preservação patrimonial brasileira privilegiou somente os patrimônios representativos dos segmentos dominantes da sociedade, sobretudo de origem europeia? Por que os nomes das ruas e avenidas, assim como os monumentos, estátuas e bustos edificadas nas nossas praças, geralmente homenageiam pessoas pertencentes às elites nacionais, regionais ou locais?

Conforme Ricardo Oriá (1998, p. 36),

[...] os grupos dominantes vencedores na história tentam impor a sua visão e a perpetuação de uma memória da dominação. Aos vencidos, restam apenas o esquecimento e a exclusão da história e da política preservacionista.

E mais, não podemos esquecer que a identidade, a história e a memória¹² também constituem campos de disputas. Maurice Halbwachs (*apud* TEDESCO, 2004, p. 78) dizia que “[...] a memória coletiva deve ser pensada como uma dinâmica em tensão contínua, num jogo de conflitos, seleções, interpretação do passado.” Dessa forma, conforme salientou Pierre Nora (*apud* TEDESCO, 2004, p. 37), “[...] a memória é um quadro de interpretações mais do que um conteúdo, é um embate, um conjunto de estratégias, um símbolo em movimento com tendências à conservação.”

Em outras palavras, em uma determinada sociedade diferentes

grupos (sejam eles políticos, sociais, culturais, religiosos, étnicos etc.) tendem a disputar também a hegemonia sobre a memória coletiva, isto é, institucionalizar a memória de determinado grupo (muitas vezes veiculando o seu passado a uma imagem forjada de si mesmo – memórias inventadas, memórias oficiais, memórias ufanistas, entre outros) em detrimento das memórias dos outros grupos (as memórias silenciadas, apagadas, enquadradas...). Nesse sentido:

A memória patrimonial é sempre uma tentativa de legitimar/deslegitimar. A aliança entre memória e poder exprime-se na elaboração de forma estruturada do conhecimento histórico. Os poderosos hegemonomizam não só o passado, mas também o futuro: querem ser recordados e, para esse fim, erguem monumentos em lembrança de suas atividades, fazem-no de modo a que essas venham a ser lembradas, cantadas pelos poetas, eternizadas em monumentos e arquivadas. (TEDESCO, 2004, p. 79).

Portanto, a memória constitui uma das formas mais fortes e sutis de dominação e da legitimação do poder.

Os monumentos como representação simbólica

Um símbolo é composto pela relação dos seus significantes (imagens, palavras...) e os seus significados (representações, significações). Nesse sentido, podemos caracterizar um monumento, uma estátua, um busto ou mesmo uma simples placa comemorativa como um significante. Mas quais são as suas significações? O que pretendem representar?

Etimologicamente, a palavra monumento (do latim *monumentum*) deriva de *monere*, que significa advertir, lembrar, recordar, enfim, trazer algo à lembrança. Dessa forma,

[...] chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. (CHOAY, 2006, p. 17-18).

Mas para que serve um monumento? Segundo Jacques Le Goff (*apud* FREGA 1995, p. 123), “a sua finalidade é perpetuar e recordar e fazer uma possível volta ao tempo”. Segundo François Choay (2006, p. 18),

[...] a especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente.

Ademais, o seu propósito não é apresentar uma informação “neutra”, mas rememorar um passado “invocado” (de certa forma, mitificado). No entanto, esse passado

[...] não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. (CHOAY, 2006).

Dessa forma, os monumentos são geralmente o resultado de montagens conscientes da história ou de uma época de uma dada sociedade. Entretanto, convém salientar que os monumentos são selecionados por determinados grupos (políticos, étnicos, culturais, sociais, religiosos...) de uma dada sociedade, que, por meio deles, expressam a sua memória. Portanto, os monumentos, com algumas exceções, geralmente representam a memória das elites de uma determinada sociedade.

Em suma, os inúmeros monumentos, estátuas, bustos e placas presentes nas nossas cidades – e que são ignorados pela maior parte da população¹³ – representam determinadas memórias ou determinados acontecimentos históricos. Ademais, elas também nos revelam as disputas simbólicas e os grupos que disputam esse poder simbólico em determinada sociedade; revela-nos os conflitos pela memória e pela identidade de determinada sociedade; revela-nos quais memórias são rememoradas (dos “vencedores”) e quais são esquecidas (dos “vencidos”); revela-nos quais grupos integram

a “história oficial” e quais são “excluídos da história”; entre outras possibilidades. Assim, é fundamental refletirmos acerca dessas questões ao nos defrontarmos com um monumento, uma estátua, um busto ou uma simples placa.

A seguir, faremos uma breve análise sobre o que representam e o que podem nos revelar os monumentos, estátuas, bustos e placas edificadas na cidade de Passo Fundo (RS).

Os monumentos em Passo Fundo (RS)

Assim como em outras cidades, Passo Fundo também possui inúmeros monumentos, estátuas, bustos e placas, a maioria localizando-se na área central da cidade, seja em algumas praças, seja ao longo das principais avenidas e ruas.

De uma forma geral, esses monumentos, bustos e placas estão homenageando políticos locais ou de projeção nacional, lideranças eclesiásticas, “personagens” ou eventos considerados fundadores do município, alguns grupos étnicos, religiosos, além de algumas referências ao tradicionalismo.

Figura 1 – Busto em homenagem a Getúlio Vargas (ao lado da sua “inseparável” Carta Testamento), localizado à Praça Marechal Floriano



Fonte: fotos do autor.

Figura 2 – Monumento em homenagem a Gervásio Lucas Annes, líder do PRR na cidade no início do século XX. Monumento localizado à Praça Tamandaré



Fonte: fotos do autor.

Por outro lado, percebemos que há alguns grupos que não são mencionados em tais monumentos. Dessa forma, percebe-se claramente que tais grupos estão excluídos da história oficial e são vítimas de uma silenciosa “violência simbólica”.

De fato, podemos perceber que não existe na cidade qualquer monumento, busto ou placa que faça referência, por exemplo, aos *Kaingangs*, que foram os primeiros habitantes da região.

Isso não chega a ser surpreendente. Como apontou o estudo de Henrique Kujawa (1998, p. 57-58), muitos estudiosos locais, influenciados pelo eurocentrismo e pelo preconceito, ao escreverem acerca da história de Passo Fundo, não consideram os nativos como os primeiros habitantes desta região, mas como elementos que faziam parte da paisagem natural, assim como os animais selvagens. Nesta perspectiva, os índios acabam sendo apresentados como elementos a históricos, isto é, ignora-se a vida deles antes e depois da chegada

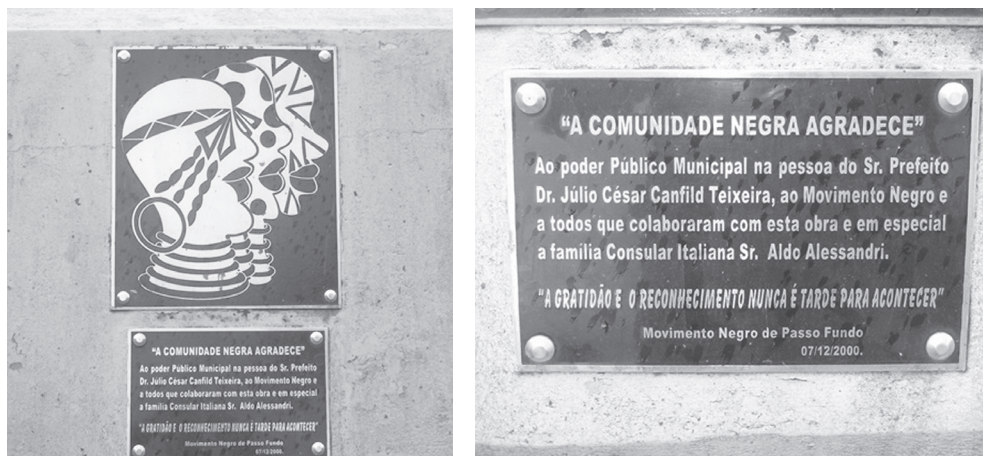
do europeu.

Ademais, alguns estudiosos e pesquisadores locais, ao escreverem sobre a história local, revelam fortes preconceitos raciais e religiosos ao referirem-se aos indígenas, estigmatizando-os como “selvagens”, “como entraves ao progresso e à civilização”.

Os caboclos também são esquecidos pela história oficial de Passo Fundo. Estes passaram a habitar a região do futuro município de Passo Fundo por volta do final do século XVII. Muitos eram utilizados como mão de obra nas bandeiras paulistas, mas não regressaram a São Paulo, permanecendo na região e mestiçando-se com grupos indígenas locais. Por sua origem mestiça, os caboclos formaram um grupo marginal que, segundo Aldomar Rückert (1997, p. 28), costumam estar esquecidos nos estudos relativos ao campo e à questão agrária no Brasil meridional. Assim, o caboclo constitui-se em uma espécie de desbravador desconhecido pela história oficial.

Outro grupo que também foi sistematicamente colocado à margem da história local foram os afro-descendentes, que, durante muito tempo, foram totalmente excluídos. No entanto, desde o ano 2000, são timidamente referenciados em um simples monumento, esquecido na praça Itália.

Figura 3 – Monumento em homenagem aos negros de Passo Fundo



Fonte: fotos do autor.

Aliás, a praça Itália (localizada na rua Sete de Setembro, próxima ao antigo Quartel do Exército) está clivada de monumentos e placas, que, na sua absoluta maioria, homenageia os italianos e seus descendentes.

Figura 4 – Monumento em homenagem a Leonardo da Vinci, localizado à praça Itália



Fonte: fotos do autor.

Figuras 5 e 6 – Monumento em homenagem a Garibaldi (à esquerda) e Anita (à direita), localizado na praça Itália



Fonte: fotos do autor.

Figura 7 – Monumento representando o Pallazo Vecchio (de Florença) e Dante Alighieri, localizado na praça Itália



Fonte: fotos do autor.

Figura 8 – Monumento em homenagem ao 50º da República italiana (1999), localizado na rua Gen. Neto



Fonte: fotos do autor.

Figura 9 – Monumento referente à lenda dos irmãos Rômulo e Remo, localizado na avenida Presidente Vargas



Fonte: <www.panoramio.com>.

Os inúmeros monumentos em homenagem aos imigrantes e descendentes de imigrantes italianos – localizados não somente na praça Itália, mas também em outros pontos da cidade – foram edificadas ao longo dos últimos 15 anos, o que demonstra o quanto esse grupo é articulado politicamente, além de também contar com o auxílio financeiro de terceiros, que financiam tais construções.

Outros grupos que também estão representados em monumentos são os judeus e os descendentes de imigrantes alemães.

Figura 10 – Monumento em homenagem aos judeus de Passo Fundo (1998), localizado na rua Gen. Neto



Fonte: foto do autor.

Figura 11 – Monumento em homenagem à memória das vítimas do Holocausto, localizado junto ao Cemitério Israelita de Passo Fundo (inaugurado em 2010, em referência aos 65 anos do fim da Segunda Guerra Mundial)



Fonte: <camINHOSdOSmuseus.wordpress.com>.

Figura 12 – Monumento em homenagem aos descendentes de alemães de Passo Fundo (2003), localizado na praça Itália



Fonte: fotos do autor.

No entanto, também há grupos étnicos que não estão representados nos monumentos. Dentre esses, podemos citar, por exemplo, os descendentes de luso-brasileiros, de espanhóis, de poloneses e de árabes.

Aliás, também não há nenhuma referência aos muçulmanos na cidade. Por outro lado, encontramos monumentos que fazem referências aos cristãos e à Igreja Católica. Vejamos alguns exemplos:

Figura 13 – Monumento em homenagem aos 500 anos do descobrimento do Brasil, salientando “o pensamento cristão”



Fonte: fotos do autor.

Figura 14 – Monumento em homenagem a Dom Cláudio Colling, 1º arcebispo da Diocese de Passo Fundo, localizado na praça Marechal Floriano, em frente à Catedral



Fonte: foto do autor.

Outro monumento que chama a atenção em Passo Fundo, não somente pela sua localização (no trevo de acesso à cidade) e pelo seu tamanho, mas por não ter nenhum sentido para ter sido construído, é a Caravela em referência aos 500 anos do descobrimento do Brasil.

Figura 15 – Caravela



Fonte: <www.pmpf.rs.gov.br>.

Ademais, os monumentos também evidenciam a “identidade” que alguns grupos tentam imprimir à determinada sociedade. Nesse sentido, podemos constatar uma série de disputas pela identidade passofundense. De fato, na cidade há uma série de monumentos que tentam consolidar algumas identidades à cidade, como, por exemplo, aqueles ligados ao tradicionalismo – cujos lemas são “Passo Fundo, a cidade mais gaúcha do Estado” (Figuras 16 e 17) ou “Passo Fundo, terra do Teixeira” (Figura 18). Também não podemos esquecer de outras imagens propagandeadas, como “Passo Fundo das Missões” (Figura 19) e “Passo Fundo, capital nacional da literatura” (Figura 20).

Figura 16 – Cuia localizada na praça Marechal Floriano (1957)



Fonte: <www.panoramio.com>.

Figura 17 – Pórtico do Parque da Roselândia



Fonte: <www.pmpf.rs.gov.br>.

Figura 18 – Monumento ao Teixeirainha (1991)



Fonte: foto do autor.

Figura 19 – Monumento “Passo Fundo das Missões” (2003)



Fonte: foto do autor.

Figura 20 – Monumento “Passo Fundo, capital nacional da literatura”, localizado próximo à Rodoviária



Fonte: <www.livroerrante.blogspot.com>.

Finalizando, fica aqui uma provocação de nossa parte: diante de tantas imagens criadas de si mesmo, afinal, qual é a identidade de Passo Fundo? Uma cidade pós-moderna, com múltiplas identidades¹⁴? Ou simplesmente uma cidade em crise de identidade?

Considerações finais

Quando a memória cristalizada em torno do patrimônio, de forma intencional ou não, exclui, ou “esquece” de lembrar, outros segmentos da sociedade, tal patrimônio torna-se a extensão de uma memória particular (a memória privada), que invadiu um espaço público.

De fato, ao analisarmos os monumentos em Passo Fundo verificamos que a maior parte destes representa a memória de determinados grupos étnico-culturais, religiosos, políticos ou econômico-sociais. Ou, também, identidades e imagens que alguns grupos têm de si e tentam imprimir ao resto da sociedade. Diante disso, é perceptível uma espécie de “violência simbólica”, em que

se perpétua a memória, a história, a identidade, enfim, os referentes simbólicos de alguns grupos e, por outro lado, se esquece de outros.

Notas

* Professor do curso de História da Unoesc Xanxerê. Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

¹ Para François Hartog (2006), essa “patrimonialização galopante” é uma consequência do presentismo, isto é, o regime de historicidade em que está atualmente inserida a sociedade ocidental, caracterizada por um “presente massivo e onipresente” e, ao mesmo tempo, um sentimento de pessimismo e de insegurança com relação ao futuro da humanidade. Portanto, como o futuro não é mais uma “promessa de esperança, mas uma ameaça”, não é mais “um horizonte luminoso para o qual marchamos, mas uma linha de sombra”, a confiança no progresso foi substituída pela preocupação de guardar e preservar o planeta e a humanidade.

² Conforme Pierre Bourdieu (1989, p. 10), os símbolos são os instrumentos de conhecimento e de comunicação, tornando possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração “lógica” é a condição da integração “moral”.

³ Cf. Foucault (2006).

⁴ “Os símbolos podem ser considerados derivados dos signos, quer dizer, do conjunto de elementos conhecíveis e repertoriáveis, mas que, ao mesmo tempo, se propõem como fantasmas do significado que retém uma parte do objeto que designam.” (PESAVENTO, 1995, p. 21).

⁵ Roger Chartier (1990, p. 17) lembra que: “As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.”

⁶ “Como é sabido, a eficácia simbólica depende de muitos fatores, entre os quais estão a contextualização dos símbolos em práticas e discursos e o nível de consenso de que gozam referentes e significados.” (PRATS, 2004, p. 29).

⁷ Conforme observou Llorenç Prats (2004, p. 29): “A principal virtude de um símbolo é sua capacidade para expressar de uma forma sintética e emocionalmente efetiva uma relação entre idéias e valores. Dito de outra forma, o símbolo tem a capacidade de transformar as concepções e crenças em emoções, de encarná-las, e de condensá-las e fazê-las, portanto, muito mais intensa. Essa capacidade de condensação e motivação se vê reforçada quando se dá uma condensação dos atributos que as legitimam [...]”.

⁸ Conforme Llorenç Prats (2004, p. 31): “[...] a identidade, do tipo que seja, é também uma construção social e um fato dinâmico, embora com um razoável nível de fixação e perduração, e que toda formulação da identidade é unicamente uma versão dessa identidade, um conteúdo outorgado a um determinado rótulo. Portanto, podem coexistir, e de fato coexistem normalmente, distintas versões de uma mesma identidade, que habitualmente se articulam em relações de complementaridade ou oposição, embora também pode acontecer que se ignorem. [...] toda versão de uma identidade, se expresse como se expresse, é ideológica, pois responde a algumas idéias e alguns valores prévios, normalmente subsidiários de alguns determinados interesses, ou, [...] que em qualquer versão da identidade se estabelece pelo menos uma relação dialética entre a realidade, as idéias e os valores, e os interesses de quem a defende e compartilha. O patrimônio, ou melhor dizendo, as diversas ativações de determinados referentes patrimoniais, são representações simbólicas destas versões da identidade [...]. As representações patrimoniais podem afetar a todo tipo de identidade (e assim ocorre), porém, pela sua mesma natureza, referem-se principalmente às identidades políticas básicas, quer dizer, locais, regionais ou nacionais.”

⁹ Cf. o conceito de estratégia de Michel de Certeau (2008).

¹⁰ Além dos nacionalismos e da formação de Estados nacionais, também contribuíram para as primeiras noções de patrimônio (e suas políticas preservacionistas), embora em graus e formas diferentes, o romantismo e a chegada da era industrial. Mais detalhes, ver Choay (2006).

¹¹ Em outras palavras, nesse momento a noção de patrimônio estava restrita à sua dimensão “pedra e cal”.

¹² “A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis.” (POLLAK, 1989, p. 9).

¹³ Obviamente, a maior parte da população ignora a grande maioria dos monumentos, estátuas, bustos ou placas simplesmente porque não se reconhecem nesses símbolos, que, na verdade, apenas representam a memória e/ou história e/ou identidade de um determinado grupo político, social, étnico, etc.

¹⁴ Cf. Hall (2005).

Referências

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, v. 1. (Artes de fazer, v. 1).

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: UNESP/Estação Liberdade, 2006.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FREGA, Ana. La construcción monumental de um héroe. **Humanas**, Porto Alegre, v. 18, n. 1/2, p. 121-149, jan./dez. 1995.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul./dez. 2006.

KUJAWA, Henrique Aniceto. Formação étnica de Passo Fundo e região. In: DIEHL, Astor Antônio (Org.). Passo Fundo: uma história, várias questões. **Passo Fundo**: EDIUPF, 1998.

PESAVENTO, Sandra J. Cultura e representações: uma trajetória. **Revista Anos 90**. Porto Alegre: UFRGS, v. 13, n. 23-24, 2006.

_____. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, v. 15, n. 29, 1995.

PRATS, Llorenç. **Antropologia y patrimonio**. Barcelona: Ariel, 2004.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 3, 1989.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998.

RÜCKERT, Aldomar A. **A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul (1827-1931)**. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

Recebido em 06 de dezembro de 2013.
Aprovado em 20 de janeiro de 2014.

Abstract

With the premises that the historical and cultural patrimony are part of a symbolic systems of a certain society, this article aims to analyze some monuments built in the city of Passo Fundo (RS), demonstrating that those are closely linked to the struggle between representations of local elites.

Keywords: Monuments. Power relations. Passo Fundo.